

UM PROGRAMA
SOCIALISTA
PARA O **RIO GRANDE**



Nosso projeto: Construir um Governo Socialista dos Trabalhadores.

Até hoje, todos os governos, no Brasil e no RS, não só tem sido compostos pelos poderosos e seus representantes, mas também tem beneficiado apenas os banqueiros, os grandes industriais e os latifundiários. Parafraseando o próprio Presidente da República, nunca antes na história deste país, os banqueiros e demais grandes empresários ganharam tanto quanto sob o governo Lula. Enquanto que o povo pobre vive na miséria e são obrigados a alimentarem-se das migalhas que caem da mesa do banquete que os governos federal e estaduais promovem com os grandes empresários para peneficiá-los com o dinheiro público.

No RS isto não é diferente. Nesta eleição existe entre Yeda, Fogaça e Tarso uma falsa polarização política. E se qualquer um deles chegar ao governo tudo continuará igual. Até porque, programaticamente não possuem qualquer diferença substancial. Para citar apenas um exemplo, possuem o mesmo projeto de reforma do Estado, pois, o PDE(Plano de Desenvolvimento da Educação) do governo Lula, do qual fazem parte Tarso e Fogaça, é a matriz do projeto de Yeda - de cujo governo participa o PMDB - de implantação da meritocracia nos planos de carreira, através do acordo com o Banco Mundial em troca de R\$ 1,1 bilhão do ajuste.

A verdadeira polarização que existe, portanto, é entre o projeto comum a todos eles e o projeto de um governo socialista dos trabalhadores que só será possível de realizar mediante o enfrentamento aos poderosos do estado e do país.

Para inverter esta lógica, lançamos nossas candidaturas próprias baseadas num programa classista e socialista, para construir um governo do povo, um governo socialista dos trabalhadores, constituído por conselhos operários e populares em todo o Estado, que não surgem por decreto, mas que se desenvolvem no calor das mobilizações quando parte significativa do povo perde as ilusões nestas instituições podres e tomam em suas mãos as tarefas de construção de um outro estado.

Sabendo disso, vamos fazer parte das eleições com que propósito? Disputar o voto e a consciência dos trabalhadores para o programa socialista, buscando



convencer o povo trabalhador da necessidade de construir um governo socialista dos trabalhadores formado por um conselho popular, que seja sua instância máxima de deliberação. Única maneira de resolver definitivamente os problemas que afetam a maioria da população.

Mas para realizar este projeto é preciso inverter esta correlação de forças atualmente existentes, através da mobilização de todo o povo na defesa de seus interesses, construindo conselhos populares que substituam estas instituições podres do regime, e se constituam em um governo socialista dos trabalhadores.

UM GOVERNO RADICALMENTE DEMOCRÁTICO

O governo socialista dos trabalhadores, constituir-se-á de trabalhadores, eleitos em assembleias populares, nas fábricas, nas lojas, nas escolas e universidades, nos quartéis, nos acampamentos de sem terra e nos assentamentos, nas fazendas e empresas rurais, nas regiões e bairros pobres e populares. Cada cidade ou região terão seus conselhos populares, e todo o estado terá um conselho central órgão máximo do governo, eleitos nas assembleias populares regionais, com mandatos revogáveis a qualquer momento pelas assembléias que os elegeram, com poder de decisão de toda a política do estado, ao qual se subordinam o governador e vice e todos os membros do governo, especialmente os secretários que podem, a qualquer momento, ser indicados, nomeados e destituídos por este conselho que constitui-se no governo socialista dos trabalhadores.

OS TRABALHADORES GAÚCHOS NÃO DEVEM PAGAR PELA CRISE!

A Economia é a base para o desenvolvimento das relações sociais. Em uma sociedade de classes como a nossa, o desenvolvimento e a dinâmica da produção, bem como seus momentos de ascensão e queda são elementos que definem, em um importante grau, a dinâmica entre as classes em conflito.

No Rio Grande do Sul podemos observar o fortalecimento das multinacionais, cujo maior emblema é a GM. O agronegócio, baseado no sistema latifundiário de divisão da terra, ganha cada vez mais força e aprofunda suas bases no Estado a cada governo que passa. Esta dinâmica mais geral, de predomínio da agricultura como o setor mais importante e lucrativo do Estado, se expressa, no aumento maior no PIB do setor agropecuário, em que pese grandes quedas verificadas entre 2004 e 2005, compensadas por grandes crescimentos como o ocorrido em 2006, de 50,1%.

Estes dados mostram, também, que em 2009 a indústria foi o setor mais atingido pela crise internacional, registrando, segundo a FEE, uma queda de 5,3%, que representa a menor taxa da década. Esse desempenho foi resultado, principalmente, da grande redução na indústria de transformação (-9,3%), que foi a atividade mais afetada pela crise que se abateu sobre o Estado a partir dos últimos meses de 2008.

Os distintos setores da economia gaúcha tiveram desempenhos diferentes: enquanto o volume da

produção cresceu 24,8% na agropecuária, na indústria de transformação houve queda de 14,6%. Quanto ao destino das exportações, destaque para China, que se tornou o principal importador dos produtos gaúchos, com 15% do valor, seguido pela Argentina (14%). Os Estados Unidos caíram da liderança para o terceiro lugar, com decréscimo de 49,1%. Isto demonstra o quanto a nossa economia é dependente das exportações e da estabilidade do capitalismo mundial.

A crise econômica mundial atingiu as empresas imperialistas, nacionais e gaúchas. A indústria de implementos agrícolas e de calçados foi bastante afetada, acarretando no fechamento de empresas e demissões, piorando a vida do povo e suas condições de existência. Em 2009, na região metropolitana, a população acima de 10 anos apresentou crescimento de 2,3%, chegando a 3.470 mil indivíduos. Por sua vez, a parcela desta população, que se encontra economicamente ativa, caiu 1,2%, passando para 2.016 mil pessoas. A taxa de desemprego total é de 11,1%. Ou seja, são 224 mil pessoas desempregadas na Região metropolitana.

A dinâmica da economia mundial demonstra, com a crise na Europa e a desaceleração da economia chinesa, por exemplo, que é inevitável uma próxima crise e, com toda certeza, assim como em 2008/09, ela não poupará o Brasil e o Rio Grande. Nossa luta é para que os trabalhadores e trabalhadoras não paguem a conta! ■



NÃO AO PAGAMENTO DA DÍVIDA DO ESTADO COM A UNIÃO!

Por uma política econômica voltada para os interesses dos trabalhadores!

Desde a vitória de Britto até hoje, passando pela gestão da frente popular, nós não chegamos ao governo Yeda por acaso. Foram quatro governos: Britto, Olívio, Rigotto, Yeda. Britto cumpriu o principal dos objetivos do grande capital. Privatizou as principais empresas estatais impondo uma derrota importante aos trabalhadores gaúchos. E os triunfos da burguesia do Estado e imperialista assentaram-se sobre as traições do governo de frente popular, que frustrou a esperança do povo e, combinada com a ausência de uma alternativa de esquerda, conduziu os gaúchos para alternativas burguesas e à eleição de Yeda em 2006.

O Governo Yeda, sem dúvida alguma, foi o que mais avançou nos planos de ajustes neoliberais e enxugue do Estado, beneficiando às grandes empresas com isenções fiscais absurdas e sua política do déficit zero. Medidas extremamente necessárias para estabilizar a economia capitalista em tempos de crise.

A dívida com a União, acertada em acordos com o FMI, consome ao redor de 18% da receita líquida do estado, o que soma algo em torno de R\$ 13 bilhões. Só em 2008, foram pagos R\$ 2,146 bilhões de juros e amortizações, o que representou 17,6% da receita líquida. Sem contar com R\$ 1,033 bilhão de amortizações pagos com o empréstimo do Banco Mundial.

Importante ressaltar que em 1990, a dívida do Estado era de R\$ 4,8 bilhões e, ao final de 1998, quando foi renegociada, já era de R\$ 13,4 bilhões, devido às altas taxas de juros cobradas pelo governo federal, e ao empréstimo de R\$ 2,3 bilhões para a reestruturação do sistema financeiro estadual. Em 2009 a dívida atingiu o montante de R\$ 39 bilhões.

Este dinheiro, produto do suor dos trabalhadores, subtraído aos cofres públicos por uns poucos, pode ser investido nos setores sociais como saúde, educação e segurança. Ao contrário, a política do governo desde Britto, passando pela Frente Popular até o Governo Yeda, segue sendo o de corte de verbas, incentivos fiscais e enxugue de pessoal para reduzir a folha de pagamento. Ou seja, aplicar a cartilha do Banco Mundial e Governo Federal, e pagar uma dívida que já foi paga muitas vezes!

Por fim, a **sonegação fiscal** é uma realidade revoltante. O que falta e o que se planeja retirar da educação, da saúde, da segurança pública é o que sobra nos cofres e contas bancárias de notórios



grandes sonegadores, que mereceriam ter seus bens confiscados e ser trancafiados atrás das grades. Estima-se que a sonegação fiscal chega ao valor total de impostos recolhidos (só de ICMS, o orçamento do estado recolhe cerca de R\$ 13 bilhões). Segundo especialistas, a cada um real arrecado, outro é sonegado.

Chega de isenções às grandes empresas, tolerância e vista grossa aos sonegadores, cortes de verbas a setores sociais e abaixo o pagamento da dívida com a união! Precisamos de um planejamento econômico voltado para a classe trabalhadora! ■

EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA!

O descaso evidente dos governos com a educação pública demonstra nitidamente a concepção de educação que defende o Estado, os governos e obviamente a burguesia. Uma concepção de educação individualista e com um fim prático: formar mão-de-obra barata e qualificada para gerar riquezas para a burguesia.

Nas escolas públicas, as salas superlotadas, a desvalorização dos trabalhadores em educação, a falta de insumos adequados para uma boa aula e a deficiência na incorporação de novas tecnologias nas escolas são uma realidade triste. O fechamento de turmas de Educação de Jovens e Adultos (na mesma proporção de fechamento dessas salas, aumentou a abertura de EJA's privados) e a falta de professores e profissionais em setores vitais da escola, como Bibliotecas, Serviço de Orientação Educacional etc., evidencia o descaso geral com a educação pública.

Mas a realidade é bem diferente no Ensino privado, no qual os estudantes assistem aulas com todos os recursos tecnológicos disponíveis e possuem todos os serviços de apoio à aprendizagem. Os sucessivos cortes de verba, de Lula e Yeda, e as políticas educacionais de ambos os governos, que acompanham a



lógica privatista vigente desde o início dos anos 90, faz com que, na prática, o acesso a uma educação de qualidade seja cada dia mais um privilégio daqueles que podem pagar e, consequentemente, essa educação passa a ser vista como mercadoria.

Para nós do PSTU, a educação não é mercadoria! O conhecimento foi produzido historicamente por mulheres e homens, ou seja, é produto do trabalho de toda a sociedade, por isso é um DIREITO que deve ser garantido a todos e todas, não privilégio de alguns!

NOSSAS PROPOSTAS PARA EDUCAÇÃO

Defendemos educação 100% pública!

Chega de cortes de verbas! 10% do PIB para a educação!

Pela efetiva aplicação dos 35% do ICMS na Educação, conforme é previsto na Constituição Estadual!

Abaixo as Parcerias Público Privadas (PPP's) instauradas no Rio Grande do Sul e defendidas pelo governo Lula!

Concurso público para trabalhadores em educação no Rio Grande do Sul já! Pela incorporação de todos os contratados!

Aumento geral de salários! Implementação imediata da Lei do Piso como básico dos atuais planos de carreira dos professores e funcionários, com o valor do salário mínimo do DIEESE;

Construção de novas creches para os filhos e filhas dos trabalhadores(as). As creches de segunda

a domingo, das sete às 21 horas e nos locais de trabalho e/ou moradia!

Pela autonomia das escolas! Abaixo a meritocracia e a vinculação administrativa e pedagógica aos interesses das empresas privadas!

Por uma educação laica e voltada para os interesses da classe trabalhadora!

Pelo imediato restabelecimento das Escolas Itinerantes sem a intervenção da Secretaria de Educação! Pela construção de novas unidades de ensino nos assentamentos rurais, comunidades quilombolas, indígenas! Autonomia pedagógica e administrativa dessas unidades!

Pelo fim da municipalização do Ensino Fundamental!

Por ampla democracia na gestão das escolas! Defendemos maior envolvimento da comunidade escolar nas suas decisões!

NÃO À PRIVATIZAÇÃO E À MERITOCRACIA!

Sofremos a privatização da educação nas escolas gaúchas ao ver os resultados das Parcerias Público Privadas (PPPs), como a existência de políticas educacionais promovidas por Bancos Privados e na tentativa, tanto do governo estadual quanto do governo federal, de aplicar políticas neoliberais como a Meritocracia.

Conforme a concepção de educação do Governo Lula, expressa no PDE, a “melhoria” no campo educacional viria das parcerias público-privadas, acabando assim com o princípio de exclusividade do financiamento do Estado. Em nossa opinião, isto enfraquece as condições da maioria das escolas, pois as mesmas passariam a trabalhar com a lógica do mercado. Além disso, todos os serviços de provas, avaliações, assistência, materiais didáticos, devem – segundo o governo federal – ser feitas por empresas terceirizadas.

Ainda segundo o PDE, um dos objetivos centrais é a introdução da meritocracia nos moldes das empresas privadas e, além disso, a avaliação dos nomeados em estágio probatório deverá ser feito por empresas, ou seja, não mais pela equipe diretiva da escola.

As escolas tornam-se reféns da lógica do mercado e ficam presas às metas montadas pelos tecnocratas e empresários, para atingir os índices impostos pelas mantenedoras, preencher planilhas e, com isso, receber algumas verbas, as quais o Estado se desobrigou de fornecer.

Tais propostas configuram-se em um feroz ataque do capital contra a educação pública. Os brasileiros sofrem, ainda, o infortúnio de ver um governo – dito dos trabalhadores, de “esquerda” – aplicar políticas neoliberais para a educação brasileira. Aqui no estado, a política salarial do atual governo é a expressão do projeto de desmonte da escola públicas que assola o país.

Esta concepção e a sua aplicação são de interesse do capital internacional, que dita as políticas educacionais através do Banco Mundial, em troca de empréstimos. É um projeto global, elaborado por empresários e banqueiros, ligado à concepção neoliberal, que quer decidir como será a educação da classe trabalhadora mundial.



Esse projeto consiste primeiro em cortar despesas baseada na avaliação de desempenho. Em segundo lugar, quer acabar com a democracia e retirar a autonomia das escolas, através do currículo padrão e do contrato e certificação de gestão. Em terceiro lugar, trata de transferir a gestão das escolas para empresas privadas, com o estabelecimento das Parcerias Público Privadas, por meio das OCIPS – como o Projeto Jovem de Futuro, do Unibanco e outros. E, por último, “formar” mais pessoas (estudantes), em menos tempo, com menos gastos e menos gente (professores). Otimizar os recursos e o tempo.

Somos contra esta lógica neoliberal! Queremos educação de qualidade voltada para a classe trabalhadora e não para os interesses da burguesia.

MAIS VERBAS PARA A SAÚDE!

Segundo pesquisas de opinião, a saúde é a maior preocupação da classe trabalhadora brasileira. Além disso, representa um peso no orçamento familiar - devido ao sucateamento intencional da saúde pública estatal, as famílias são obrigadas a recorrer a serviços privados. Porém, apesar de sua importância, saúde pública vive um cenário de descaso e caos.

As filas nos hospitais públicos, a falta de leitos e o descaso é corrente. O surto de dengue no Estado denunciou que, em 2007, o governo do Rio Grande do Sul destinou apenas 0,29% dos recursos para a vigilância sanitária. A vigilância epidemiológica também é vítima da irresponsabilidade dos governos: também em 2007 recebeu exatos 400 reais do Tesouro estadual. Por conta disso, a tuberculose - praticamente erradicada nos países desenvolvidos, uma doença associada à pobreza - vem crescendo no

Brasil e no Estado. O número de unidades de saúde preparadas para tratar as pessoas ainda é baixo: 21% do total de unidades.

Na raiz desses problemas está a falta de investimento governamental na saúde. O Brasil gasta aproximadamente 7,9% do PIB com saúde, sendo 3,5% do PIB com gasto público (Ministério da Saúde, 1,7%; governos estaduais, 0,9%; municípios, 0,9%) e 4,4% com saúde privada (convênios, consultas particulares, medicação etc). Ou seja, o gasto estatal é pouco mais da metade do mínimo estabelecido pela Organização Mundial de Saúde, que é 6% do PIB em saúde pública para países com saúde universalizada.

Como se não bastasse, o governo Yeda não tem aplicado os 12% da receita, determinados pela Constituição Estadual, na saúde. O



governo do Estado tem usado verbas da União destinadas à saúde no mercado financeiro, e destina apenas 5% da receita ao atendimento universal, incorporando gastos em outras áreas para simular o cumprimento da Emenda Constitucional 29.

ABAIXO A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

A Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido um dos principais instrumentos neoliberais nas mãos dos governos, pois serve de justificativa para o corte crescente de gastos com o funcionalismo, a terceirização e privatização como consequência, apontando-os como a “salvação” em alternativa à dita “falência do Estado”. As consequências para a Saúde são drásticas. Para citar um dado, o Brasil tem uma relação de um médico para cada 900 habitantes, enquanto nos países desenvolvidos a relação está de 220 a 470 habitantes por médico. A necessidade de formação de mais médicos e a realização de concurso público são prementes. A privatização tem avançado na forma de Organizações Sociais (OS)

e Fundações Estatais de Direito Privado. Esta lógica de colocar a saúde cada vez mais nas mãos de interesses privados tem propiciado alguns episódios de corrupção e desvio de recursos públicos recentemente no Estado, como na Prefeitura de Porto Alegre, com o Instituto Sollus.

A Administração Fogaça, agora chefiada por Fortunati, faz nova tentativa de passar todo o Programa Saúde da Família (PSF) para a administração privada, com o projeto de criação de uma Fundação para tal. Com isso, os postos de saúde passariam para o PSF, administrados pela Fundação, ampliando os contratos precários, sem concurso público (regime CLT), e sem um controle social sobre a

Fundação (prestaria contas apenas à Prefeitura). Outros municípios do Estado também adotaram esse modelo.

O governo Lula e os governos estaduais - sejam do PT ou PSDB ou de qualquer um dos demais - trabalham no sentido de estrangular cada vez mais a saúde do povo. Tudo a serviço do “déficit zero”, de pagar as dívidas externa e interna, e até “emprestar” dinheiro ao FMI. Só em 2007 o governo gastou R\$ 160 bilhões em juros da dívida interna e externa, três vezes mais do que todo o orçamento do Ministério da Saúde para o ano! Isso demonstra para quem Lula e os demais governam.

NOSSAS PROPOSTAS:



SAÚDE

Saúde é direito de todos e dever do Estado! Pelo acesso universal e de qualidade à saúde! Exigimos um sistema de saúde público, exclusivamente estatal, gratuito e de qualidade para todos. Pela efetivação dos princípios do SUS.

Contra as privatizações! Não às Fundações para gerir o PSF! Que a Saúde seja toda administrada pelo estado, sob controle dos trabalhadores e usuários do SUS. Nenhuma verba pública para os hospitais privados ou filantrópicos. Que se revertam as privatizações no setor público. Pela estatização dos hospitais privados e filantrópicos, a começar pelos falidos!

Dobrar as verbas para a saúde pública! Pelo financiamento mínimo de 6% do PIB para a saúde pública "estatal"! Pelo cumprimento de 12% da receita do estado para a Saúde. Que as verbas para a saúde venham de impostos sobre a burguesia, como o imposto sobre grandes fortunas, até hoje emperrado no Congresso. Contra medidas "tapa buraco" como a CSS (substituta da CPMF). Não à renúncia fiscal na saúde para hospitais filantrópicos!

Contra a Lei de Responsabilidade Fiscal que restringe o funcionalismo público! Concursos públicos já! Contra a terceirização e privatização das relações de trabalho sejam na forma de contratos, cooperativas, ONGs, Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), SSA (Serviço Social Autônomo) e Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP).

Por um plano de obras públicas de grande impacto: construção de hospitais e unidades básicas de saúde em todas as regiões, saneamento, esgoto e água de qualidade para toda a população!

Abaixo a "ambulancioterapia"! Por maior oferta de tratamento e atendimento especializado nos municípios!

Acesso universal a medicamentos! Pela criação de laboratórios públicos de produção de medicamentos; quebra de patentes, expropriação e estatização dos laboratórios existentes e das farmácias sob o controle dos trabalhadores.

Disponibilizar na rede pública todas as vacinas existentes;

Por uma saúde pública, estatal e laica! Pela legalização e regulamentação do aborto. Acesso a métodos contraceptivos.

Pela independência na formulação e aplicação de políticas de saúde! Contra a interferência dos empresários da saúde e de agências internacionais, como o Banco Mundial.

Contra a DRU (Desvinculação de Recursos da União), que permite que 20% dos recursos sociais sejam desviados para outros setores, como o pagamento da dívida interna e externa.

Luta por conselhos populares de saúde sob controle dos trabalhadores!

Pela construção e implementação do plano de cargos e salários do SUS, com financiamento tripartite! Isonomia salarial para trabalhadores de mesma função e mesma escolaridade, independente da categoria profissional ou do vínculo empregatício, incorporação dos celetistas ao quadro do serviço público e fim da contratação sem concurso público.

Em defesa dos trabalhadores terceirizados! Pela incorporação dos trabalhadores terceirizados aos sindicatos, pela unificação dos trabalhadores de saúde.

MELHORAR O SUS

No Brasil, o SUS (Sistema Único de Saúde) é fruto de um intenso processo de organização e luta dos trabalhadores na década de 80, que garantiu a saúde como um direito de todos e dever do Estado na Constituição de 1988. Se, por um lado, o SUS demandou a ampliação da presença do Estado, por outro, não estatizou e nem coibiu a atuação do sistema privado. O SUS tornou-se um sistema híbrido com uma rede pública expressiva, mas que garante a saúde como um espaço de acumulação de capital, ou seja, mercado consumidor

SEGURANÇA PARA TODOS E CONTROLADA POR TODOS

Contra a privatização dos presídios e a criminalização dos movimentos sociais

PEQUENOS PRESÍDIOS, GRANDES NEGÓCIOS

— Seguindo o projeto de privatização dos serviços públicos do Estado, para beneficiar os empresários, o Governo Yeda Crusius (PSDB) anunciou em meados do mês maio deste ano — em parceria com a Prefeitura de Canoas, do petista Jairo Jorge — a construção de um presídio que será administrado pela iniciativa privada. A notícia foi amplamente divulgada nos meios de comunicação e aplaudida como um “exemplo de unidade” para enfrentar os problemas do Estado deixando as diferenças políticas de lado. No entanto, o que fica nítido neste caso, é o acordo político entre o PSDB-PT em privatizar um serviço que compete exclusivamente ao governo, já que a comunidade carcerária está sob a tutela do Estado.

O número de presos no sistema carcerário do RS aumentou 117% nos últimos 10 anos, são 23.718 presos para 16.037 vagas, um déficit 7.681 vagas, que gera superlotação dos presídios e verdadeiras faculdades do crime. Esse crescimento demonstra que a insegurança também aumentou na última década. Hoje, a violência assusta 92% da população. A falência do sistema prisional é uma demonstração da falência do sistema de segurança pública como um todo, onde a preocupação central dos governos é movida pelo aumento da repressão em detrimento de uma política de recuperação dos infratores e da melhora da qualidade de vida da população em geral.

A violência é fruto de um problema social superior, gerado pelo capitalismo através da exclusão social, miséria e a falta de perspectiva para os jovens. A privatização dos presídios não resolverá o problema, é uma política que visa gerar lucro para as grandes empresas que sobrevivem do crime através da exploração da mão de obra prisional e da administração de verbas públicas.

São 469 mil presos no país e apenas 18% deles têm acesso à educação. A privação da liberdade não pode significar a privação de outros direitos fundamentais. Setenta por cento dos presos no Brasil têm menos de 30 anos e não possuem sequer ensino fundamental completo. O sistema prisional brasileiro é produtor e reproduzidor da violência e não um sistema que sirva para recuperar os infratores.

POLÍTICA DE REPRESSÃO NÃO É A SOLUÇÃO

— A segurança da população passa por combater os problemas sociais e a criminalidade do Estado, que ao não garantir condições de sobrevivência para todos, acaba sendo o principal impulsionador da criminalidade. A



população pobre da periferia sofre com medo da violência dos bandidos, mas também da polícia. Os partidos burgueses e reformistas dizem que a solução é aumentar a repressão policial, mas isso não é verdade. A “Teoria da Janela Quebrada”, que fundamentou a política de tolerância zero na cidade de Nova York, tem sentido se for desenvolvida, ao grau máximo, a essência de sua elaboração. A teoria sustenta que se uma janela de uma fábrica ou de um escritório fosse quebrada e não fosse imediatamente consertada, as pessoas que por ali passassem concluiriam que ninguém se importava com isso e que, naquela localidade, não havia autoridade responsável pela manutenção da ordem, como consequência, naquela região, estaria sendo criada as condições para o aumento da desordem e da criminalidade.

A política de tolerância zero anula a essência da teoria, que identifica o abandono do Estado nas regiões que têm um grau elevado de violência, para se apegar em conclusões superficiais de combate à criminalidade, como é a repressão às consequências e não ao que gera ou impulsiona a violência. A falta de condições mínimas de sobrevivência da população pobre e a crescente miséria criada pelo sistema capitalista são as janelas quebradas da sociedade que vivemos.

A política que é amplamente defendida de aumentar a repressão — com policiamento ostensivo e armamento de alto calibre nas ruas, milhares de viaturas percorrendo as avenidas, abordagens constantes ao povo que vive na periferia e principalmente os jovens negros — já mostrou sua ineficácia no combate à violência. É uma política falida, alimentada pelos setores reacionários da sociedade, a serviço da construção de um verdadeiro “cordão” social nos grandes centros urbanos.

ABAIXO A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS

O governo desenvolve uma perseguição aos movimentos sociais criminalizando suas lutas, prendendo e condenando seus dirigentes. O caso mais escandaloso, durante o atual governo estadual, foi o assassinato do militante do MST, Edson Brum, pela Brigada Militar, durante uma desocupação de terra em São Gabriel.

Mas, a criminalização também está ocorrendo nas cidades, como a prisão de sindicalistas, e trabalhadores metalúrgicos – durante um ato de paralisação na empresa Randon Implementos, em Caxias do Sul, em fevereiro deste ano. O governo Yeda Crusius (PSDB) está manchado com o sangue de centenas de trabalhadores da cidade e do campo, que foram reprimidos violentamente, como ocorreu, também, na manifestação dos servidores públicos estaduais, em frente ao Palácio Piratini, em 2009.

Com o fim da Lei de Segurança Nacional e a regulamentação da Lei de Defesa do Estado de Direito (sic) pretende-se legalizar a criminalização dos movimentos sociais, construindo um Estado de repressão permanente contra os setores mais explorados da sociedade.

Por isso, propomos a revogação de todos os mandados e ordens de prisão contra dirigentes dos movimentos sociais e apuração dos responsáveis por estes atos, com sua imediata punição. Fim das investigações policiais, grampos e “arapongagem” das organizações de esquerda, sindicatos e organizações populares, com as respectivas apurações de responsabilidade.



OUTRAS QUESTÕES:

NÚMERO DE HOMÍCIOS CRESCEU NOS ÚLTIMOS 8 ANOS

Durante o Governo Yeda tivemos cerca de 5.600 homicídios registrados. A propaganda ufanista do governo acoberta a realidade e distorce as estatísticas em seu benefício. A sensação de violência é um sentimento verdadeiro e expressa a realidade. Além da falta de estrutura e manutenção dos espaços públicos, as estatísticas mostram que mais de 1.300 pessoas são executadas, em média, por ano.

DÉFICIT DE PESSOAL, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E FALTA DE TREINAMENTO

Temos 23.574 trabalhadores na Brigada Militar. No sistema de segurança como um todo existem 33.447 trabalhadores na ativa. Existe aproximadamente 1 brigadiano para cada 450 habitantes. O atual governo se orgulha em afirmar que aumentou em 27% seu efetivo, mas os baixos salários e as péssimas condições de trabalho continuam e levam setores inteiros dentro da Brigada Militar e Polícia Civil a buscarem o caminho mais fácil: associação com a criminalidade e dedicação direta à bandidagem, envolvendo-se com o tráfico de drogas e a proteção a criminosos.

Deve-se melhorar a situação dos policiais profissionais com salários dignos, garantir melhores condições de trabalho e capacitação profissional para a investigação. Além de investir em tecnologia e apostar no mapeamento da criminalidade e políticas específicas de combate à criminalidade. Além disso, deve-se assegurar o direito à sindicalização e à realização de greves em defesa de suas reivindicações.

COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS

Não se combate às drogas combatendo os jovens e, sim, os grandes traficantes, que incrementam a corrupção policial e a violência generalizada. Combate-se o tráfico descriminalizando o consumo das drogas, o que termina com o submundo, que vive em grande parte desta ilegalidade, tal e qual a máfia no período da lei seca nos EUA.

Existe uma parte da burguesia, que ganha muito dinheiro com as drogas, muito mais poderosa que os traficantes dos morros. Um negócio que movimenta bilhões de dólares no mundo não está nas mãos de favelados do Brasil ou dos moradores dos “cerros” colombianos, muito menos na periferia gaúcha.

Este negócio se mantém com a corrupção de grande parte do aparelho de Estado. Como se pode explicar que os subchefes do tráfico e seus comparsas estejam soltos nos morros do Rio de Janeiro, senão com a complacência de uma parte da polícia, ou que outros controlem o tráfico mesmo dentro dos presídios, senão com a anuência dos carcereiros e diretores?

Combater o tráfico é combater os grandes traficantes que têm suas contas no exterior e suas mansões nos bairros burgueses. O combate às drogas entre os consumidores não é um caso de polícia e sim de saúde pública.

CONSTRUIR UMA NOVA CONCEPÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Defendemos a dissolução imediata das polícias atuais e a criação de uma Polícia Civil Unificada (PCU), que defenda os interesses dos pobres e dos bairros da periferia, com melhores salários e uma estrutura interna democrática, através da eleição dos oficiais superiores. A hierarquia atual não assegura a eficiência da polícia, mas acoberta a corrupção e a ineficiência.

TEMOS DIREITO À HABITAÇÃO DE QUALIDADE

Mais de 1 milhão e 200 mil residências estão em condições inadequadas

Esta é a triste realidade que vive nosso povo. O déficit habitacional já atinge 200 mil residências. Além disso, mais de 1,2 milhões de residências têm problemas com acesso, ou carência, de infraestrutura adequada. Os anos de neoliberalismo, com o desemprego, a redução dos gastos com serviços públicos e com os programas sociais, só agravaram a pobreza, levando um grande número de trabalhadores a viver em condições subumanas. Impossibilitados sequer de residir na periferia, esses trabalhadores mais pobres, que vivem de bicos ou estão desempregados, são segregados em áreas até então não ocupadas, áreas ao redor da cidade, sem infraestrutura e sujeitas a riscos ambientais, como desmoronamento, enchentes etc.



NOSSAS PROPOSTAS:

1. Plano Emergencial

Regularização de todos os assentamentos urbanos, tais como ocupações, favelas e loteamentos clandestinos, através da criação de Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), previstas no Estatuto das Cidades.

2. Plano de Moradias Populares

Plano de obras públicas para construção de moradias populares, sobretudo para as famílias com renda de até três salários mínimos, postos de saúde, escolas, praças de esporte e lazer.

Desapropriação de áreas para construção de moradias populares, especialmente daquelas que se destinam à especulação imobiliária, visando o fim do déficit habitacional.

Extensão a toda população os serviços de saneamento básico, água, tratamento do esgoto doméstico e coleta seletiva de lixo, realizados de forma integral.

Remanejamento das populações que vivem em áreas de risco, como topo de morros, encostas e margem de rios, através de um plano

de expropriação de áreas urbanas, rurais e edificações que não estejam cumprindo seu fim social.

3. Planejamento Urbano

Análise dos impactos ambientais e sociais de todas as novas construções e empreendimentos, inclusive no fornecimento de água, serviço de esgoto e trânsito das regiões, como condição para autorização das obras.

Realização de Plano Diretor, com efetiva participação popular, que estabeleça os planos e formas para crescimento urbano, a partir do pressuposto de manutenção da população onde reside, da preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico, e também do acesso das populações dos bairros mais distantes do centro aos serviços públicos e privados de interesse social.

Criação de uma frota federal de transportes coletivos urbanos e interurbanos, com passagens a preço de custo e passe livre a idosos, estudantes e desempregados.

Construção e implementação de Centros Culturais e Esportivos nos

municípios que ainda não os tenham.

Criação de um programa de integração entre a zona rural e urbana dos municípios, através do incentivo à agricultura de policulturas e à implementação de uma rede federal de restaurantes populares, que serão abastecidos com a produção local e fornecerão alimentos a preço de custo.

Revisão da rede de distribuição de água das cidades, a fim de detectar e reparar eventuais vazamentos. Programas rígidos de proteção e recuperação de mananciais, reciclagem de águas, captação e aproveitamento de águas pluviais.

Proibição de construções nas divisas entre cidades, com determinação de distância mínima para, com isso, construir um corredor ecológico.

4. Conselho Estadual Popular de Habitação

Formado pelos representantes dos sem-teto e das ocupações, pela população trabalhadora e pela juventude, sem participação de empresas privadas, para deliberar sobre obras e planejamento urbano.

POR UMA AMPLA REFORMA AGRÁRIA, SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES!

No Brasil, 40% das grandes propriedades agropecuárias não são aproveitadas para o cultivo, para a criação de animais ou alguma outra atividade produtiva. O caráter da terra, neste caso é somente especulativo. Esse modelo de “desenvolvimento” baseado no latifúndio (conceito) e nas grandes empresas, ao longo da história, levou a expulsão de milhares de famílias do campo jogando-as em favelas. E, nos últimos 25 anos, 2.709 famílias foram expulsas de suas terras; 13.815 famílias despejadas; 765 conflitos diretamente relacionados à luta pela terra e 2.438 ocorrências de trabalho escravo foram registradas, com 163 mil trabalhadores escravizados.

Segundo o Relatório da Comissão Pastoral da Terra de 2010, a estrutura agrária no Brasil não modificou em quase nada no Governo Lula. Ele, que aceitou a proposta do MST de assentar 12 milhões de famílias no seu governo, baixou o índice para 460 mil e assentou pouco mais de 105 mil famílias. No entanto, durante o seu mandato liberou totalmente o plantio de transgênicos e a destruição de áreas da floresta amazônica com o novo Código Florestal.

A tarefa democrática da burguesia de fazer a reforma agrária e, conseqüentemente, o desenvolvimento do campo e o fim da pobreza não foi realizada. Ao contrário! Tanto no RS quanto no resto do Brasil, os interesses da burguesia no campo estão subordinados aos interesses do capital internacional.

No governo Yeda as dificuldades no campo foram aprofundadas. Houve um aumento da violência contra os que lutam por reforma agrária, abigeato,



êxodo rural. Aliado a isso, há um incentivo ao uso de agrotóxicos, ao plantio de transgênicos e a monocultura do eucalipto.

As contradições no campo são enormes, mas a causa do problema é um só: a ditadura do capital. Precisamos romper com essa estrutura. Nosso dever histórico é tornar o campo gaúcho produtivo para os trabalhadores do campo e da cidade.

É preciso avançar na construção de uma sociedade socialista! Um governo que seja de fato dos trabalhadores e que exproprie os latifundiários, os empresários da indústria e os banqueiros! Precisamos aplicar uma ampla e efetiva reforma agrária e dar incentivo e condições para que o pequeno agricultor possa produzir, tais como: compra de boas sementes, maquinário, pesquisas científicas e crédito estatal para garantir os alimentos na mesa do trabalhador!

ABAIXO O DESERTO VERDE

A entrega das nossas terras para as multinacionais como a Aracruz Celulose, Votorantin e Stora Enso avança a passos largos a cada governo. Há um projeto que visa plantar eucalipto em um milhão de hectares para produzir celulose. Nessa área, segundo o MST, daria para assentar 43 mil famílias.

O desrespeito à vida humana é acompanhado pelo desrespeito à natureza. O governo se faz de cego, surdo e mudo e ignora os laudos técnicos da secretaria do Meio Ambiente e das universidades

que alertavam e permanecem alertando sobre os danos ecológicos da monocultura do eucalipto. Vale ressaltar que estas empresas estão se instalando nos principais reservatórios de água doce (para lavar a celulose): Guaíba, Aquífero Guarani, rio Uruguai. Agricultura familiar gera um emprego a cada cinco hectares e o plantio de eucalipto gera apenas um emprego a cada 185 hectares. O Governo Lula não possui nem mesmo a coragem de enfrentar a bancada ruralista. Não tem coragem porque está associado ao

agronegócio, ao latifúndio e ao capital internacional.

A monocultura para exportação é especialidade do Brasil desde que entrou no mercado mundial em 1500. Mas, segundo dados do Censo Agropecuário, IBGE/2006, a pequena propriedade é responsável por toda a produção de hortaliças, 70% do feijão, 59% dos suínos, 50% das aves, 58% do leite, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e 46% do milho. E ainda emprega 74,4% das pessoas ocupadas no campo contra os 25,6% que as empresas do agronegócio empregam. E não há nenhuma política séria de incentivo aos pequenos produtores. Precisamos de alimentos, não de deserto verde!



Não à violência no Campo e à criminalização dos movimentos sociais!

O último relatório da Comissão Pastoral da Terra sobre a violência no campo, no Brasil, revela números assustadores. Pra se ter uma ideia, o número de conflitos por terra, água e trabalhistas cresceu de 2008 para 2009, marcando 1.180 ocorrências. As tentativas de assassinato e as ameaças de morte cresceram exponencialmente. O que mais choca, porém, é o número de pessoas torturadas: saltou de 6, em 2008 para 71, ano passado. O número de famílias despejadas em 2009 também é desesperador: 12.388.

Por outro lado, as investidas, por parte do Estado, para criminalizar os movimentos sociais, chegaram ao seu ápice no Governo Lula. Em 2003-2005 foi instaurada a CPI da Terra que, ao final julgou os atos dos movimentos investigados como crimes e ações terroristas; e ano passado foi aprovada a criação de mais uma CPI para investigar o MST. O Governo Yeda não ficou atrás. Ano passado um militante do MST, Edson Brum foi assassinado e a impunidade imperou. A violência no campo deve ser erradicada! A criminalização dos movimentos sociais também!

Pela regularização e constituição de reservas indígenas e comunidades quilombolas!

Desde que a primeira comunidade foi reconhecida como quilombo – o quilombo Casca, localizada no município de Mostardas – as mudanças para reconhecimento das comunidades quilombolas no RS não avançaram muito. Mesmo no governo Olívio Dutra, os títulos não foram regularizados por “falta de dinheiro”. Segundo a Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do RS, existem mais de 130 territórios quilombolas em território gaúcho. No início do ano de 2008, tramitavam no INCRA somente 33 processos de titulação, dos quais apenas cinco estavam em etapas mais avançadas. Sem contar que muitos estão ameaçados em vista da especulação imobiliária. É necessária a regularização de todas as comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, bem como políticas públicas efetivas para que essas comunidades possam sustentar-se.

Nosso projeto para o governo gaúcho, no que tange às comunidades indígenas, tem como princípio atender a principal reivindicação da resistência indígena: delimitação, demarcação e homologação das terras indígenas, em seus locais de origem, e a construção de infraestrutura nas proximidades das reservas.



TRANSPORTE A SERVIÇO DA POPULAÇÃO E NÃO DAS EMPRESAS

Chega de ônibus lotado, filas e tarifa cara. Transporte público estatal já!

Superlotação, horas perdidas em filas e deslocamentos, tarifas caras, trânsito. Estes são alguns dos problemas enfrentados cotidianamente por milhões de trabalhadores que dependem de transporte público no Rio Grande do Sul. Além de precário, o transporte público é caro. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que, entre 1995 e 2008, as tarifas de ônibus urbanos tiveram um aumento de cerca de 60% acima da inflação.

Ocorre que o setor de transporte é controlado por verdadeiras máfias que financiam as campanhas eleitorais dos grandes partidos e, depois que os políticos são eleitos, obtêm contratos de serviços com as prefeituras. Segundo o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), há dez anos circulavam no país 18,8 milhões de carros, três milhões de motocicletas e 243 mil ônibus. Hoje a situação é bem diferente. São 33 milhões de carros, 11 milhões de motocicletas e apenas 407 mil ônibus. Enquanto houve um aumento de 74% para automóveis e de 280% para motos, o número de ônibus cresceu apenas 67%.

O planejamento do transporte público não pode estar relacionado com a necessidade de vender mais automóveis e motocicletas. Precisamos de investimentos massivos por parte dos governos para fortalecer o transporte coletivo. Se não invertermos a lógica atual, essa realidade irá agravar ainda mais a realidade



de dos setores mais pobres da população que são empurrados cada vez mais para as grandes periferias, em consequência da falta de acesso ao transporte coletivo.

Romper esta lógica é o principal desafio do Governo Socialista dos Trabalhadores. Para alterar essa situação precisamos colocar a qualidade do serviço e o acesso ao transporte coletivo acima do lucro. Precisamos estatizar as empresas de transporte que têm como objetivo apenas garantir seus lucros, como a Vicasa, Soul, Sogil, Viamão, Evel, etc. Esta é a única forma de garantir um transporte público de qualidade e que esteja a serviço da população.

Abrir a “caixa preta” das empresas de transporte

Em Porto Alegre, em junho de 2000 a passagem custava R\$0,85 e atualmente custa R\$ 2,45. Um aumento superior a 300%. Muito superior à inflação acumulada no período, cerca de 68% . Isso comprova que o reajuste da passagem está a serviço da manutenção e ampliação dos lucros das empresas de transporte.

No Governo Socialista dos Trabalhadores, o lucro não estará acima das necessidades dos trabalhadores. Defendemos a redução do valor da passagem do transporte e a abertura da contabilidade destas empresas.

Abaixo os pedágios. Contra a renovação dos contratos!

Somos contra os pedágios e vamos aproveitar o fim dos contratos para não renová-los e assumir de forma séria e com qualidade social, as rodovias, que são objetos de ganância das concessionárias. Não existe nenhum argumento aceitável que justifique ao Estado não garantir a manutenção e a qualidade das rodovias gaúchas.





Queremos **metrô** estatal em Porto Alegre!

Nos estudos e projetos da Linha 2 do Metrô são relacionados como principais benefícios decorrentes de sua implantação, a redução significativa do volume de ônibus que hoje sobrecarrega os principais corredores e o centro da Capital (oito mil viagens/dia de ônibus a menos ao Centro de Porto Alegre); redução do impacto urbano e ambiental gerado pela atual situação (redução dos níveis de poluição ambiental, lançando 3 mil toneladas de dióxido de carbono a menos por ano); redução do potencial de acidentes (menos 13.800 acidentes e 30 mortes por ano), além do ganho de tempo nos deslocamentos.

A implantação da Linha 2 do Metrô, embora seja totalmente em Porto Alegre (corredores Nordeste e Sudeste) atenderia toda a Região Metropolitana, cuja população é da ordem de 3,2 milhões de pessoas. A demanda diária prevista, considerando o horizonte de tempo para sua implantação completa, é de 450.000 usuários/dia e, com sua conexão com a Linha 1, poderá

ampliar a demanda do Corredor Norte para 220.000 usuários/dia, redundando numa demanda total de 670.000 usuários/dia.

Esta obra não teve apoio do Governo Lula (PT), nem do Governo Yeda (PSDB) e nem do Governo Fogaça (PMDB) para entrar na pauta das obras para a COPA 2014. A população não pode permitir que os projetos de remodelação do transporte em Porto Alegre avancem sem que seja incluída a construção da Linha 2 do Metrô.

O Governo Socialista dos Trabalhadores defende a imediata implantação do transporte coletivo ferroviário. O metrô, em Porto Alegre, é uma necessidade para a capital gaúcha enfrentar os congestionamentos e a superlotação dos ônibus. Para conquistarmos o metrô precisamos, em primeiro lugar, enfrentar os grandes empresários do transporte público rodoviário, que financiam as campanhas eleitorais dos principais candidatos para manter seus interesses.

Contra a baldeação na Capital!

O Governo Fogaça, em Porto Alegre, priorizou a implantação do projeto "Portais da Cidade". Uma obra que consumirá mais de R\$300 milhões. Mas, manterá a situação precária do transporte coletivo. "Portais da Cidade" é uma obra que visa retirar os terminais de ônibus do centro da cidade, jogando o caos e multidão para as estações de baldeação, que serão construídas nos bairros que ficam ao redor região central.

Transporte hidroviário Porto Alegre - Guaíba

Já existe um projeto de transporte hidroviário coletivo através do Rio Guaíba que ligaria os municípios de Guaíba e Porto Alegre. De acordo o projeto, seriam atendidos cerca de 2.300 passageiros/dia. Atualmente no transporte rodoviário, entre o mesmo trajeto, são transportadas cerca de 20 mil pessoas por dia e mais de 500 mil por mês.

O Governo Socialista dos Trabalhadores vai colocar em prática e ampliar este projeto, sem interferência das empresas interessadas apenas em lucrar com esta modalidade de serviço.

Rede estatal de Aeromóvel: transporte ecológico!

Você já deve ter percebido a existência de um "trenzinho" desativado que existe na região do Gasômetro. Desde 1979, o sonho de um transporte coletivo ecologicamente correto ganhou força com construção do Aeromóvel. Hoje o seu custo é quase dez vezes inferior à construção de um metrô subterrâneo, com a mesma capacidade de transporte.

Valorizar o meio ambiente, tão agredido pela ganância das grandes empresas automobilística, é uma tarefa do Governo Socialista dos Trabalhadores. A construção de uma rede de Aeromóveis deve entrar na pauta da política de transporte público a ser impulsionado pelo Governo Estadual e Governos Municipais

SANEAMENTO BÁSICO PARA GARANTIR SAÚDE E PARA PRESERVAR A NATUREZA

77% dos municípios têm baixo índice de desenvolvimento em saneamento básico.

Dos 495 municípios que existem no Rio Grande do Sul, cerca de 385 estão com um baixo índice de desenvolvimento em Saneamento básico. Estes dados estão expressos no levantamento do IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico, da Fundação Estadual de Estatísticas, em seu último levantamento no ano de 2006. A pesquisa mostra que 77% dos municípios gaúchos estão com nota baixa no que se refere às residências que são abastecidas com água tratada, esgoto sanitário e número médio de moradores.

A falta de saneamento básico é uma realidade no Brasil. Os governos não investem o suficiente em tecnologia de drenagem urbana, capaz de possibilitar o maior aproveitamento das águas pluviais para o uso, e é muito débil na tecnologia de reuso. 80% da água usada se transforma em esgoto. A legislação ambiental é insuficiente e obediente à lógica do mercado.

Deparamo-nos com uma profunda irresponsabilidade no planejamento urbano por parte dos governantes: 18 milhões de brasileiros não têm sequer banheiros. O Brasil é o sétimo no ranking na lista dos piores no mundo: 49,9% da população não têm acesso à rede de esgoto. De todo o esgoto coletado só 36% é tratado, com insuficiência na tecnologia (separação dos dejetos, dos resíduos sólidos, etc.). Ou seja, o Brasil produz 8,4 bilhões de litros de esgoto diários, deste total 5,4 bilhões são despejados in natura nas praias, rios, no ambiente.

Por um plano de obras públicas para o saneamento básico!

É hora de virar este jogo. Saneamento básico é saúde e preservação da natureza. Esta triste realidade se mantém durante décadas e os governos até o momento não direcionaram recursos suficientes para solucionar este problema. Mas, para as grandes empresas, que são beneficiadas com a falta de fiscalização no tratamento de resíduos produzidos e despejados em nossos mananciais, os governos injetam milhões e milhões de reais para salvá-las da crise econômica ou para aumentar a produção e exportação de mercadorias.



REGIÃO METROPOLITANA: Cerca de 90% da população não tem esgoto tratado

No Rio Grande do Sul, a desigualdade entre os serviços é um problema concreto. Por exemplo, no município de Canoas, que abastece com água 94% da população, de cerca de 330 mil habitantes, atende apenas 13% com coleta de esgoto. Canoas está enquadrada entre as 10 piores cidades do Brasil, no que se refere à coleta e tratamento do esgoto, em estudo que pesquisou a situação nas 81 maiores cidades do país.

O estado dispõe de infraestrutura ampla e qualificada, mas possui grande deficiência, sobretudo, no saneamento básico. Segundo pesquisa realizada em 2007, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria com a organização não-governamental Trata Brasil, o RS é o último no país nesse quesito. Apenas 15% da população têm esgoto canalizado e tratado. Isso significa que os dejetos da grande maioria vão para os arroios e rios, contaminando as águas.

A Região Metropolitana de Porto Alegre é a penúltima, entre 10 pesquisadas em 2007, no recolhimento e tratamento de esgoto. Em Porto Alegre, até o momento, apenas 27% do esgoto recebe tratamento.

ABAIXO O RACISMO E A EXPLORAÇÃO!

PICHAÇÃO RACISTA EM PORTO ALEGRE



A maioria da classe trabalhadora é constituída de negros e negras. A discriminação racial faz com que esta grande parcela da população tenha em seu histórico pessoal pelo menos um episódio relacionado à humilhação ou ofensa racial: de serem barrados em portas “automáticas”, às piadas que circulam nos meios de comunicação e ganham as ruas, da vigilância redobrada dos seguranças cada vez que se entra num supermercado, à dificuldade de se alugar uma casa ou conseguir crédito, das batidas policiais à agressão física.

Contudo, fatos como estes estão longe de significar as expressões mais perversas do racismo. Quando nos detemos nos índices relacionados ao dia a dia da população negra e suas condições de vida, a situação é ainda mais dramática. A começar pelos locais de moradia. Os negros saíram das senzalas e, atualmente, ocupam as favelas do país. O abismo existente entre as condições de vida da população branca e negra é tão amplo que praticamente originou dois “brasis”. É isto que indica, ano após ano, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Em 2004, o Brasil aparecia como o 72º país em termos de desenvolvimento humano. No entanto, se a avaliação fosse baseada apenas nos dados recolhidos na população branca, o país saltaria para o 46º lugar, aproximando-se dos países do chamado Primeiro Mundo. Já se fossem considerados os índices relativos à população negra, ficaríamos emparelhados com nossos irmãos africanos, ocupando o 101º lugar na lista da ONU. Segundo dados divulgados pela Seppir, os negros representam 69,3% da camada constituída pelos

10% mais pobres e, apenas, 8,2% da constituída pelo 1% mais rico. Esta marginalização se expressa em todos os níveis da vida social.

A população negra começa a trabalhar mais cedo e a jornada de trabalho é em média 2 horas maior que a dos brancos. Os salários também são diferenciados. Os negros trabalham mais e recebem menos. A informalidade também é maior entre os negros, que apresentam maior índice de trabalhadores sem carteira assinada. Em nível nacional, enquanto no setor privado, 59,7% dos trabalhadores brancos têm carteira assinada, somente 39,8% dos negros têm acesso a este direito.

A situação é ainda mais precária em se tratando da mulher negra: em média, uma mulher negra ganha um terço do que é pago aos homens brancos e, mesmo entre as mulheres, o racismo impõe diferenças: a renda média de uma empregada doméstica branca é de R\$ 405, a de uma negra é de R\$ 354 (12,4% a menos).

No Rio Grande do Sul os dados sobre as condições de vida da população negra são bastante parciais, acompanhando o descaso dos governos para com o assunto. No entanto a Pesquisa Domiciliar, feita em 2000

pelo IBGE, aponta que no RS vivem mais de 1,3 milhões de negros e negras. Destes, 657,8 mil são homens e 631,6 mil mulheres. A maior cidade em tamanho da população negra é Porto Alegre, com 225 mil negros, equivalendo a 16,6% de negros e negras; sendo Pelotas a segunda maior, com 50 mil negros e negras. Na lista dos maiores municípios negros do RS, num total de 467, pode-se observar que a quase totalidade fica localizada ou na região metropolitana de Porto Alegre (Viamão, com 44%, ou Alvorada, com 50%) ou nas antigas áreas vinculadas à pecuária, muito embora encontre-se nesta lista importantes cidades, como Caxias do Sul – polo industrial do Estado – e Santa Cruz do Sul – capital nacional do fumo.

Em termos relativos, encontramos pequenos municípios com grande presença da população negra, como, por exemplo, Lajeado, com mais de 73% de negros e negras; São José das Missões, 51,5%; Sagrada Família, 46,9%; Itapuça, 41,8% ou mesmo Gramado dos Loureiros, com 39,2%.

Outra pesquisa realizada pela FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre nos permite observar dois fatores importantes:

o desemprego é maior entre os jovens e entre as mulheres e, se comparado com o universo total de mulheres desempregadas, a negra é a que mais sofre. Os homens negros também estão em desvantagem, com relação aos brancos: quase 20%, em 2005, mais desempregados que os brancos.

Racismo e o machismo se combinam e atingem em cheio a mulher negra, tornando sua situação particularmente dramática. Além do desemprego, a mulher negra sofre com a maior a precarização das condições de trabalho. Em 2008 o trabalho doméstico concentrava 20,1% das mulheres negras e 12% de mulheres brancas, amarelas e/ou indígenas no país. Cerca de metade das trabalhadoras negras ocupam vagas no chamado trabalho vulnerável, em Porto Alegre, 47%. Além de tudo, as mulheres negras são cotidianamente vitimadas pelo abuso e a violência sexual. No RS, por exemplo, existe apenas um Fórum responsável para tratar dos assuntos que tangem à violência contra mulheres.

Conforme estudos da FEE-RS, na PED/2008, na Região Metropolitana de Porto Alegre, as famílias monoparentais, cuja chefia é exercida por um adulto sem cônjuge com filho, atinge 13,5%, sendo que as famílias chefiadas por mulheres totalizam 11,9% e as chefiadas por homens 1,6%. Justamente as mulheres que recebem as mais baixas remunerações. Por fim, três vezes mais mulheres negras morrem na idade reprodutiva por complicações na gravidez, parto e puerpério (pós-parto), em comparação com as mulheres brancas

A violência também é aterradora. Segundo o relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD), publicado em 2005, os registros do sistema de saúde, baseados nas declarações de óbito, não deixam dúvidas de que “ser preto, jovem, de sexo masculino e solteiro significa ser o alvo preferencial da violência letal no Brasil. Em relação

aos brancos, “a probabilidade de ser assassinado é quase o dobro para os pardos e 2,5 vezes maior para os pretos”. Além da violência urbana, que aumenta na mesma proporção que a miséria, há a violência racista praticada por polícias em conluio com grupos de extermínios.

No final de 2006, uma pesquisa realizada pela Folha de S. Paulo, demonstrou que nada mudou durante o primeiro mandato de Lula. Segundo o jornal, 70% dos jovens chacinados são negros. Apenas para corroborar estas lamentáveis estatísticas, no mesmo período, a Unicef divulgou que para cada criança branca vítima da violência urbana no Brasil, duas outras negras são mortas.

Mesmo quando escapam da “morte desgraçada”, os jovens negros têm que conviver com o medo e humilhações permanentes e a maior repressão policial pelo racismo. No Rio Grande do Sul, ao analisarmos as cidades de maior contingente da população negra, como Alvorada, Viamão e Cachoeirinha, a situação em nada é diferente do resto do país, pois são as cidades com maior número de homicídios do Estado.

Na educação, apesar de representarem 5,7% da população, o contingente de negros e negras que concluem o ensino superior é de apenas 2,2% dos formandos, de 18 cursos avaliados pelo MEC, no provão de 2000. E a distorção aumenta de acordo com o curso. Em odontologia, por exemplo, apenas 0,7% dos estudantes que se formaram se autocalificaram como pretos. Quando se junta o número de negros e pardos, esse grupo acaba representando 15,7% dos formandos e 45,2% da população. Isto prova que a diversidade da sociedade brasileira não é equivalente entre os formandos, nem mesmo em cursos menos concorridos.

NOSSAS PROPOSTAS:

- Emprego e salário digno! Salário igual para trabalho igual! Exigimos direitos trabalhistas e o fim da informalidade majoritária entre os trabalhadores negros!
- Saúde e Educação antirracista e 100% pública! Mais verbas para os setores sociais! Contra o pagamento da dívida interna e externa!
- Plano de obras públicas para a construção de moradias populares dignas nas cidades para a população negra e geração de empregos!
- Abaixo à repressão policial racista contra juventude negra! Basta de assassinatos

nas comunidades, vilas e favelas!

- Não à violência racista e imperialista e à criminalização dos movimentos sociais (trabalhadores informais, ocupações, sem-terra, sem-teto)!
- Titulação das Terras Quilombolas e indígenas!
- Anistia total para João Cândido e sua família!
- Liberdade de expressão da cultura afro-brasileira (candomblé, capoeira, blocos de afoxé, hip-hop, etc..)
- Contra intolerância religiosa! Exigimos amparos sociais (como aposentadoria) a sacerdotes e sacerdotisas das religiões afro-brasileiras!



Fora as tropas brasileiras do **HAITI**

Que o governo brasileiro, que tanto fala em sua solidariedade ao povo do haitiano, realmente a demonstre, retirando as tropas brasileiras de ocupação e utilizando o dinheiro que é gasto com a ocupação para ajuda, de fato, humanitária, classista e respeitando a autonomia e soberania do povo haitiano.

PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER!

No Brasil, a violência contra a mulher é tanta que se tornou um caso de saúde pública. Só no início de 2010 tivemos dois episódios no Estado, que se transformaram em manchete nacional: o caso de uma mulher assassinada por seu companheiro, na cidade de Viamão, e outra que foi mantida em cárcere privado por horas, em Canoas. Estes são os poucos casos em que se tem registro oficial, mas o SOS Mulher, aqui do Estado, diz que recebe mais de 100 denúncias de violência contra as mulheres por dia. No entanto, a governadora, ao invés de ampliar os serviços de assistência às mulheres, como casas abrigo e postos de atendimento, precarizou os poucos postos de saúde que existiam em algumas regiões periféricas do Estado.

A lei Maria da Penha, promulgada no governo Lula, embora seja mais severa com relação às punições aos que praticarem violência contra a mulher, não recebe por parte do Governo as verbas necessárias para sua efetiva aplicação. Pelo contrário, Lula corta sistematicamente as verbas do Ministério da Saúde e do Programa de Combate a Violência contra as Mulheres. A demagogia é nítida quando se evidencia a falta de casas abrigo e péssima assistência dada pelo estado – a começar pelas delegacias – às mulheres que denunciam casos de violência. A situação ainda é agravada pela realidade de desemprego, falta de creches e perspectivas para as



mulheres. Quando vítimas de violência, já que não têm amparo do Estado, a maioria delas é obrigada a voltar pra casa e dormir ao lado de seu agressor.

Exigimos mais verbas para o amparo às mulheres vítimas de violência! Construção de casas abrigo e geração de empregos para que essas, quando necessário, possam sair de casa e reconstruir a vida. Também é necessária a construção de creches públicas e de qualidade para que as mulheres tenham onde deixar seus filhos e possam trabalhar!

Pela legalização do Aborto!

No Brasil, são feitos cerca de 1,5 milhões de abortos ilegais por ano. Desses, 10% das mulheres morrem ou ficam com sequelas. São mulheres que não têm condições de pagar entre R\$1.500 e R\$2 mil por um aborto em alguma clínica clandestina, com um mínimo de segurança para sua vida. Um dos métodos mais utilizados é o Citotec, uma medicação utilizada para tratar úlceras estomacais, e que, em altas dosagens, provoca contrações uterinas. Agulhas de tricô e outros objetos pontiagudos também são bastante utilizados e põem em risco a vida da mulher. Com isso, a curetagem pós-aborto foi a intervenção mais realizada no Sistema Único de Saúde (SUS) entre 1995 e 2007, segundo levantamento do Instituto do Coração (InCor), da Universidade de São Paulo.



E quando se fala em aborto é impossível deixar de constatar a precariedade do atendimento de saúde à mulher e à população em geral. O SUS não disponibiliza facilmente, nos postos de saúde, métodos contraceptivos de forma gratuita, muito menos há disponibilidade de ginecologistas para atender, gratuitamente, às mulheres trabalhadoras. As filas de espera são enormes. O acompanhamento das gestações também é precário e reflete o sucateamento geral a que está submetida a saúde.

Por tudo isso, entendemos o aborto como uma questão de saúde pública que deve ser legalizado! O atendimento médico direcionado à mulher também precisa ser qualificado. Mais verbas para saúde!

Nada a comemorar, muito a lutar!

O capitalismo se utiliza da opressão à mulher para melhor explorar a classe trabalhadora. Superexplora as mulheres para maior extração de mais-valia e através da ideologia machista divide a classe trabalhadora e submete as mulheres aos mandos e desmandos de seus companheiros, relega a elas o papel de objeto sexual e propriedade masculina, além de jogar em suas costas toda responsabilidade da reprodução da mão de obra, tanto com o trabalho doméstico, quanto a criação e educação dos filhos.

Ao longo do Sec. XX as mulheres tiveram muitas vitórias e deram passos importantes para sua emancipação. Sua entrada no mercado de trabalho, a criação da pílula anticoncepcional, a conquista do direito a voto e outros são exemplo de avanços significativos. Mas isto em nada quer dizer que a luta das mulheres acabou porque já conquistaram seu lugar de igualdade de direitos na sociedade. Pelo contrário, a cada dois segundos uma mulher é espancada no país. Milhares morrem em consequência de abortos mal feitos. No mercado de

trabalho o preconceito é nítido. Uma mulher ganha menos que um homem, mesmo exercendo a mesma função. Enfim, estas são algumas evidências de que a luta das mulheres, longe de ter acabado, está só começando.

O PSTU entende, ao contrário do que pensam alguns setores do movimento feminista, que a luta das mulheres não é uma luta contra os homens. Ao contrário, luta contra o machismo é uma luta vinculada à batalha de toda classe trabalhadora, contra sua opressão e exploração. É uma luta junto com os homens da classe em busca do socialismo.

A origem da opressão machista está ligada, em sua raiz, à formação da propriedade privada, pois a submissão da mulher ao homem e o seu controle sexual, através da monogamia, foi necessária para garantir que a propriedade permanecesse no seio da família. O machismo, e suas consequências nefastas às mulheres, têm em sua gênese a noção de propriedade e a divisão social em classes. Portanto, apenas com o fim da propriedade privada e a abolição definitiva da sociedade de classes é que podemos realmente dar fim ao machismo.

Mas não devemos esperar o socialismo para começarmos a lutar por avanços, como defendia o stalinismo. A luta contra o machismo é desde já! Pelo fim da violência, por igualdade de direitos no mercado de trabalho, pelo direito de decidir sobre seu próprio corpo, pelo fim da mercantilização do corpo da mulher e uma série de outras demandas que existem atualmente e devem ser priorizadas.

Defendemos a organização independente das mulheres para que discutam os problemas junto das suas companheiras de gênero. E defendemos, também, a unidade das mulheres junto aos homens da classe trabalhadora, para fortalecer a luta contra o machismo, ligando-a ao fim da exploração capitalista e pela construção do socialismo.



A JUVENTUDE DE CARA PRÓPRIA!

A juventude tem um papel estratégico na luta por uma sociedade socialista, que substitua o sistema explorador e opressor capitalista. É necessário somar a rebeldia que move os jovens à experiência de luta da classe trabalhadora. Por essa razão, o PSTU gaúcho apresenta nessas eleições uma candidatura jovem que faz uma opção de classe! Que busca expressar a cara da juventude e colocar o dedo nas feridas dos grandes poderosos.

Pelos direitos da mulher jovem!

A grande mídia costuma divulgar que as mulheres já conquistaram tudo pelo que batalharam, que obtiveram melhores salários e têm maior liberdade. Mas, na realidade, ainda são vítimas de violência e da discriminação de gênero. Ganham aproximadamente 30% menos que os homens na mesma função, uma mulher é espancada no Brasil a cada 15 segundos. Este dado é ainda mais alarmante quando se tem noção que 70% destes casos de agressão ocorrem dentro de casa.

As mulheres jovens sofrem mais com a falta de prioridade nos serviços públicos. Quando são mães, muitas meninas são obrigadas a deixar os estudos, já que não existem políticas que propiciem sua permanência nas escolas e nas universidades.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que faz parte do Ministério da Justiça, traz dados de que a metade dos abortos são praticados por jovens entre 10 e 19 anos. Sem alternativas, 27% das mulheres em idade fértil, entre 15 e 49 anos, optaram pela esterilização definitiva. Mesmo proibido por lei o aborto responde por 10% das mortes maternas e 20% das mortes de adolescentes no país.

Sem contar em toda pressão para padronização do corpo que assola muitas meninas causando bulimia e outros distúrbios alimentares.

Abaixo o racismo! Pelo fim da violência a juventude negra das periferias!

Hoje a juventude negra e pobre, em especial a que mora na periferia, é a que mais sofre violência. São tratados como marginais pela polícia e são as principais vítimas das batidas policiais. Não há diálogo, pois são julgados criminosos de antemão. O Estado e os governos utilizam a desculpa do tráfico para oprimir e reprimir quem mora na periferia. Assim como as outras formas de opressão, o racismo é utilizado para superexplorar os negros, principalmente jovens, aos quais cabem os mais baixos salários e piores postos de trabalho.

Homofobia deve ser crime previsto em lei!

Apesar de dizerem que hoje é socialmente aceito que as pessoas tenham direito de seguir sua orientação sexual, o que se vê é se alastrarem casos de homofobia e violência contra GLBT's. O preconceito é evidente na medida em que muitas LGBT's são impedidos de manifestar afeto em locais públicos. Seja repressão direta e/ou violenta, ou velada.

A homofobia move vários casos de violência contra. Um homossexual é morto de maneira violenta a cada 3 dias no país. Como se não bastasse, pelo próprio preconceito, os casos de crimes de ódio são mal investigados e não ganham a devida repercussão, deixando apagada a escandalosa posição de primeiro lugar, do Brasil no ranking da violência homofóbica.

Se por um lado existem os crimes de grupos fascistas e skinheads, por outro lado existe a violência policial, que se dá, ou por repressão direta a estes jovens, ou pelo descaso com que tratam os jovens que vão à delegacia registrar queixa por terem sofrido violência.

Nas escolas, além de sofrerem com a discriminação dos colegas, a recriminação por parte dos professores e da direção, pois a educação é utilizada como forma de reprodução dos valores e ideologias dominantes desde muito tempo, portanto é um sólido ponto de apoio à reprodução da ideologia homofóbica.

Outra forma de discriminação a homossexuais se dá quando não são garantidos os mesmos direitos que têm os casais heterossexuais. Hoje, existem sete países no mundo que aplicam a pena de morte como punição à homossexualidade. No Brasil, como na maior parte dos países, a união civil entre pessoas do mesmo sexo não é reconhecida. É preciso lutar para que, assim como na África do Sul, na Bélgica, na Espanha, entre outros e mais recentemente na Argentina, seja reconhecida a união civil entre homossexuais.

Por isso, defendemos uma educação laica e um ensino que respeite a diversidade sexual sem a influência de moralismos de toda ordem. Assistência e orientação para a conscientização da população sobre a saúde sexual, bem como a criminalização da homofobia, para que os crimes de ódio sejam tratados como tais! Direitos Civis aos homossexuais! Sigamos o exemplo da Argentina e de outros países que legalizaram a União Civil para pessoas do mesmo sexo.

Educação: Acesso e permanência! Pelo direito de estudar!

Para o PSTU a educação é um direito e não um privilégio, uma mercadoria. Defendemos uma escola e uma universidade que nos permitam adquirir conhecimento e desenvolver habilidades.

Pelas dificuldades do cotidiano, muitos só conseguem estudar se puder trabalhar ao mesmo tempo. Sabe-se que, para um jovem da classe trabalhadora, o esforço só não basta para concluir a escola e ingressar na faculdade. Faltam possibilidades de entrar e permanecer em qualquer estabelecimento de ensino.

Chegar à universidade hoje em dia não é para todos; quando muito para aqueles que podem pagar por cursinhos pré-vestibulares, ou então pagar por uma universidade privada. A luta pelo direito à educação de qualidade, ao acesso e à permanência é uma bandeira de nosso partido. Travamos uma batalha diária contra as políticas de desmonte dos governos. Nossa candidatura deve ser porta-voz dos principais anseios da nossa juventude!

Por uma educação pública, gratuita, laica e da qualidade!

Mais verbas para a educação! 10% do PIB

Contras as PPP's! Investimento público para o ensino público!

Ampliação do acesso ao ensino de qualidade e condições de permanência

Investimento na educação especial

Estatização imediata do ensino pago. Não ao ProUni!

Abaixo a enturmação de Yeda!

Expansão de qualidade! Não ao REUNI de Lula!

Democratização do acesso ao ensino superior: pelo fim do vestibular, contra o Novo Enem!

Drogas: debater e legalizar!

A questão das drogas na juventude tem se tornado um problema cada vez mais comum. O número de consumidores cresce ano após ano e não se vê dos nossos governantes uma política séria para combater o tráfico e o uso de drogas, apenas muita demagogia revestida em campanhas que de longe atacam o centro da questão e são carregadas de conteúdo preconceituoso. Há o aumento cada vez maior da repressão à juventude em seus locais de cultura e lazer, e a população pobre é a que mais sofre com a presença do tráfico de drogas nos morros e favelas do nosso estado. A criminalização dos usuários e a mistificação do tema são as armas mais usadas pelo governo e a mídia no dia a dia das escolas e meios de comunicação.

A proibição das drogas não é mais entrave para o seu consumo e o acesso a elas se torna cada vez mais fácil. A infelicidade da nossa juventude na sociedade capitalista é a maior causa do consumo de drogas. A falta de acesso ao lazer, cultura, transporte, educação e a dificuldade em conseguir um trabalho digno, joga a juventude em um beco sem saída e transforma as drogas no refúgio mais próximo. Exigimos a legalização das drogas e o controle estatal de sua produção e venda!

Passe Livre para garantir o acesso à educação e à cultura

Na maioria das cidades do país, o transporte público está nas mãos de empresas que garantem seus lucros altíssimos enquanto o trabalhador gasta uma grande parte do salário para garantir o acesso ao transporte, que de público só tem o nome, para ele e sua família. Devido a esse fato como pode o trabalhador e o jovem estudante ter acesso à cultura e à arte que se encontra concentrada nos grandes centros? O jovem além de gastar com passagem no transporte “público” tem que gastar também com alimentação e material de estudo. O estado tem toda condição de garantir o passe livre para todo o estudante, isso também pode ser visto como uma reivindicação.

Estagiário não é escravo!

Atualmente, no Brasil, os jovens são os que mais sofrem com o desemprego. O estágio, para a burguesia, é uma grande fonte de lucros. Por um lado, ela dá a ideia de que está fazendo um favor ao oferecer uma oportunidade para o jovem “inexperiente”; por outro, aproveita-se disso para explorar a mão de obra juvenil, sem precisar respeitar os direitos trabalhistas, conquistados pelos trabalhadores, como 13º salário, férias, licença-maternidade.

Neste sentido, a Lei dos Estágios, embora obrigue o empregador a fornecer vale transporte e o direito a recesso do trabalho (espécie de férias), não garante condições dignas de trabalho e remuneração, visto que não há piso salarial, e o pagamento do vale pode ser reduzido do salário. Porém, como a grande maioria dos jovens precisa ajudar em casa, submete-se a qualquer tipo de trabalho, para não perder a vaga. Por isso, exige-se direitos trabalhistas para a juventude e o fim da farra dos estágios, que devem ser por área de estudo para agregar à formação profissional e não podem atrapalhar os estudos!

Pelo fim da exploração de mão de obra infantil!

Segundo a PNAD 2006, 1,4 milhão de crianças e adolescentes entre cinco e quatorze anos estão trabalhando. Nessa faixa, 49,4% estão no mercado de trabalho e cumprem jornada de trabalho doméstica, principalmente as meninas. Dos 15 aos 17 anos, 24% abandonaram a escola pelo trabalho doméstico ou para procurar emprego. E ainda, segundo a mesma fonte, 80% desses jovens moram em domicílios cujo rendimento mensal é menor que um salário mínimo.

Entendemos que, não basta proibir o trabalho infanto-juvenil como o fazem organismos internacionais com um discurso moralista. Sabemos que o trabalho das crianças complementa a renda familiar. É preciso dar condições de sobrevivência às famílias, investindo na abertura de postos de trabalho, com programas sociais como planos de obras públicas controlados pelo Estado, que possa fornecer salários e condições verdadeiramente dignas para os pais e mães dessas crianças.



ZÉ MARIA 16 VICE: CLAUDIA DURANS **PSTU** **PRESIDENTE**
CONTRA BURGUESES, VOTE 16. OPERÁRIO E SOCIALISTA DESTA VEZ!

Governador
JULIO 16 **PSTU** **FLORES** Vice-governadora Vera Rosane
Por um governo socialista dos trabalhadores

161
Vera Senadora **GUASSO** **PSTU**
Suplentes: ADELAR CANSI | ALDA CATARINA OLIVIER

www.pstu.org.br
www.pstugauchoblogspot.com
www.youtube.com.br/pstugauchoblogspot

www.zemaria16.org.br
www.julioflorespstu.blogspot.com
www.veraguassopstu.blogspot.com
www.youtube.com.br/pstugauchoblogspot

CONTATO: (051) 3024-3486 | portoalegre@pstu.org.br
SEDE- PORTO ALEGRE - Rua General Portinho, 243 - Centro

